

Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada aos oito dias do mês de junho de dois mil e cinco

Estiveram presentes à reunião: Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Edna F. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Erindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dr. Gilberto L.M. Selber, Secretário de Saúde e Presidente do Conselho; Sr. José Carlos P. de Freitas, representante do Movimento Sindical; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap. N. de Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Dr. Robert T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sra. Solange Ap. de Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Cristina R. da Silva, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Dr. Edison M. da Silveira, representante suplente dos serviços de saúde municipais; Sr. Francisco Chagas Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sr. Gustavo M. Frias, representante suplente do Movimento Sindical; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dra. Ivanilde Ribeiro, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. Jeremias de S. Coelho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. João das Graças Silva, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Salma R.R. Balista, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde e do Hospital Mário Gatti; Conselheiros Locais de Saúde; alunos da PUC Campinas e da UNICAMP.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Prestação de contas referente ao exercício de 2004; 2) Recursos Humanos.

Dr. Gilberto iniciou a reunião saudando os presentes. Em seguida passou a palavra ao Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, para que fizesse a apresentação da prestação de contas referente ao exercício de 2004. Sr. Fábio esclareceu que aquela prestação de contas já havia sido apresentada em audiência pública, na Câmara Municipal, no final de maio, e também tinha sido apreciada pelo Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Saúde. Ressaltou que a lei determina que trimestralmente seja feita prestação de contas na Câmara e no Conselho, o que não significa que os conselheiros fiscais tenham que ser auditores especializados em contas públicas, pois as contas, depois, serão aprovadas ou não pelo Tribunal de Contas. Passou a apresentar os dados referentes ao cumprimento da Emenda Constitucional 29, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Os dados apresentados referiam-se a: receitas de impostos municipais e transferências constitucionais legais; transferências de recursos do SUS; despesa total com saúde, por fonte de recurso, por tipo de gasto (material de consumo, serviços, prestadores); percentual de aplicação de recursos; evolução do percentual de aplicação de 2000 a 2004; evolução das despesas com saúde de 2000 a 2004; custos da saúde; orçamento de 2005; composição do orçamento da saúde em 2004. Demonstrou que, das despesas com saúde, 58,43% são gastos com pessoal e encargos sociais, 29,12% com os prestadores SUS, 5,08% com outros serviços, 6,47% com material de consumo, 0,90% com investimentos, sendo 0,62% com obras e instalações e 0,28% com equipamentos e material permanente. Outro dado importante de ser ressaltado é que o financiamento da saúde é composto por 63,57% de recursos próprios, 36,36% de recursos federais e 0,07% de recursos estaduais. Ressaltou ainda que, embora a Emenda Constitucional determine um percentual mínimo de aplicação de 15% para a saúde a partir de 2001, Campinas tradicionalmente vem aplicando mais de 20%, ou seja: em 2000, quando o percentual mínimo determinado era de 7%, foram aplicados 20,34%; em 2001, 21,49%; em 2002, 23,49%; em 2003, 24,11%; e em 2004, 22,74%. Terminada a apresentação, Sra. Sílvia leu parecer do Conselho Fiscal, que segue transcrito: "Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Conselho Municipal de Saúde, declaramos, para os devidos fins, que analisamos e consideramos adequadas, com base nos dados apresentados, as contas da Secretaria Municipal de Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde, referentes ao 4º trimestre de 2004, sem prejuízo da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado." Sr. Junior considerou que o Conselho Municipal de Saúde, além de aprovar as contas, precisa refletir sobre onde se dão os gastos da Secretaria, ressaltando o volume de gastos com segurança, telefone e locação de veículos. Considerou também que haveria necessidade de tomar uma posição no sentido de cobrar maior investimento da Secretaria de Estado da Saúde. Dr. Gilberto informou sobre as providências que vem sendo tomadas com relação às questões colocadas. Sr. Porsani sugeriu que seja estabelecida uma metodologia de acompanhamento das contas e das ações da Secretaria para tornar os investimentos mais eficazes. Não havendo mais nenhum conselheiro inscrito para esclarecimentos, Dr. Gilberto colocou a prestação de contas em votação, tendo sido aprovada com duas abstenções. Terminado esse ponto, passou a palavra à Sra. Sílvia Carmona, Coordenadora de Recursos Humanos da Secretaria, para que fizesse a apresentação dos dados referentes àquela área. Sra. Sílvia agradeceu, em seu nome e em nome da equipe de RH da Secretaria e do Hospital Mário Gatti, a oportunidade de dar visibilidade às questões de recursos humanos, pois a base do Sistema Único de Saúde são os seus profissionais. Apresentou a estrutura da área, tanto da Secretaria quanto do Hospital Mário Gatti. Os dados apresentados, que se encontram arquivados na Secretaria Executiva e estão à disposição dos conselheiros para consulta, contemplam: número total de profissionais; número de funcionários por categoria: concursados, contratados e municipalizados; número de profissionais por jornada de trabalho; relação de funcionários comissionados em outras instituições em 2005; funcionários prestando serviços em outras instituições; funcionários de outras instituições comissionados na Secretaria; número de profissionais com afastamento; licenças sem vencimentos; perfil dos coordenadores e das funções gratificadas das áreas meio; número de profissionais por categoria, tanto das áreas meio quanto de cada um dos distritos; necessidade de recursos humanos; projetos em desenvolvimento pela Coordenadoria Setorial de Relações de Trabalho; custos da Secretaria com pessoal; dados das capacitações promovidas pelo Centro de Educação dos Trabalhadores da Saúde (CETS). Dra. Heloísa, médica da Secretaria de Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Previdência, fez uma série de considerações acerca dos movimentos existentes para o efetivo cumprimento da Emenda Constitucional 29 por parte dos governos estaduais e federal e sobre a necessidade de revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne às áreas de saúde, educação e segurança. Com relação aos dados apresentados, questionou o número de profissionais comissionados em outros municípios e instituições, bem como as contratações por outras instituições, o que considerou como terceirização do SUS e que estaria colocando em risco todos os funcionários de carreira e os usuários. Sra. Maria Ivonilde colocou que o Sindicato vem solicitando à administração que determine uma forma de contrapartida referente aos profissionais liberados sem prejuízo de vencimentos a outros municípios e/ou estados. Colocou também que é necessário tomar providências quanto às condições de trabalho dos funcionários, principalmente em alguns dos Módulos de Saúde da Família, e também com relação a algumas obras que, embora definidas no Orçamento Participativo de anos anteriores, ainda não foram realizadas e outras que se encontram paradas. Sra. Yara lembrou o início do funcionamento da área de recursos humanos da Secretaria, colocando que, apesar dos problemas, houve grande avanço no seu funcionamento. Com relação aos dados de capacitação apresentados, colocou que, em sua opinião, não tinha havido grande impacto no atendimento da população, considerando necessário que se fizesse uma reflexão a respeito, bem como discutir melhor o assunto no Conselho. Demonstrou também preocupação com relação ao número de profissionais em desvio de função. Sr. Júnior questionou o fato das equipes de saúde da família não estarem completas e reforçou sua indignação com a falta de investimentos por parte da Secretaria de Estado da Saúde. Lembrou que neste ano estará sendo realizada a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que será precedida pelas etapas municipal e estadual, onde deverão ser discutidas as dificuldades dos trabalhadores, entre elas a terceirização das contratações. Propôs que o Conselho fizesse uma moção de apoio à criação do cargo de agente comunitário de saúde no quadro do funcionalismo municipal. Sr. Porsani considerou que deveria ter sido apresentado o número de horas extras realizados pelos funcionários da Secretaria e do Hospital Mário Gatti, o que possibilitaria uma melhor avaliação sobre a pressão a que vem sendo submetidos os trabalhadores. Sra. Tânia, conselheira local do CS Centro, lembrou que um dos critérios para contratação dos agentes é o de morar na área de abrangência do distrito, denunciando a existência de agentes, naquela unidade, que não obedecem a esse critério. Questionou também o fato de alguns funcionários se recusarem a usar jalecos e crachás de identificação, solicitando seja verificada a possibilidade de haver algum tipo de punição para esses casos. Sra. Isabel reforçou essa colocação, informando que há queixas de que isso ocorre em todas as unidades. Declarou também que, em pesquisa de satisfação do usuário realizada pela comissão gestora do convênio com a PUC Campinas, tem recebido muitas reclamações do atendimento prestado na rede básica. Sr. João Olímpio elogiou a transparência da apresentação, mas questionou as condições de atendimento das unidades devido à falta de profissionais, ocasionando filas e mau atendimento. Denunciou caso de paciente que ficou 8 meses aguardando para realizar um exame e, no dia marcado, o médico não compareceu. Dr. Gilberto colocou que um dos grandes desafios da Secretaria era resolver os problemas relacionados aos recursos humanos e que, apesar das questões apresentadas pelos conselheiros serem de conhecimento dos gestores, era necessário mobilizar e motivar as pessoas para o adequado atendimento da população, através de um planejamento adequado, com clara definição de papéis. Informou também que uma das diretrizes era a mudança de visão das capacitações, passando para uma visão de educação permanente. Com relação às contratações por outras instituições, considerou que deve ser utilizada somente em casos de urgência extrema, e que estavam sendo feito estudos para o estabelecimento de convênios com as universidades para tentar minimizar o problema. Assim como todos os que se manifestaram anteriormente, reforçou a necessidade de se buscar o aumento de teto para a saúde na Lei de Responsabilidade Fiscal. Solicitou que fosse apurada a denúncia feita pela Sra. Tânia, uma vez que o ponto fundamental de respeitabilidade dos agentes é o conhecimento da população de sua área de atuação. Apontou também como distorção os casos em que os agentes ficam dentro das unidades fazendo trabalho burocrático. Considerou também ser necessário tomar providências para o uso de jalecos e crachás pelos funcionários, pois é imprescindível que eles sejam claramente identificados. Com relação à avaliação apresentada pela Sra. Isabel declarou ser preciso readequar o processo de trabalho em várias das unidades da rede. Sra. Sílvia Carmona esclareceu que os agentes têm que comprovar o local de residência antes de sua contratação. Sra. Francisca, Agente Comunitário de Saúde do CS Floresta, considerou que o melhor crachá de um agente é o fato de ser conhecido na comunidade, o que só acontece quando ele realiza o seu trabalho em campo. Colocou que os agentes querem ser mais respeitados e ter melhores condições de trabalho. Sra. Solange reforçou a necessidade de haver segurança nas unidades e questionou a existência de comissão, e como será o trabalho, para avaliar as licenças para tratamento de saúde, conforme colocado anteriormente pelo Dr. Gilberto. Sr. Lino manifestou-se contrário à liberação de servidores para outros municípios, uma vez que sabidamente há falta de profissionais na rede. Sra. Yara lembrou que, além da Conferência de Saúde do Trabalhador, haverá também a Conferência de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, onde todas essas questões deverão ser tratadas. Questionou também o fato de algumas unidades fecharem meio período para realizar reuniões de equipe. Considerou imprescindível que os conselheiros sejam informados sobre alterações nas diretrizes da Secretaria, uma vez que sua função é acompanhar a política de saúde do município. Solicitou ainda que fosse determinado um prazo para resolver as questões de contratação de pessoal. Dr. Gilberto posicionou-se no sentido de que a resolutividade tem a ver com o tipo de atenção dispensada em determinado momento e que há que se ter disponibilidade para buscar solução para os diversos problemas. Posicionou-se também contrário ao empréstimo de profissionais para outros municípios, apesar de ser prática comum, mas informou que têm sido feito estudos para que haja reciprocidade nesse processo. Declarou ainda que para fazer gestão de pessoal é preciso contar com a colaboração dos conselheiros e colocou-se à disposição para apresentar as diretrizes da Secretaria, diretrizes essas que foram construídas com a participação de vários profissionais da rede. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS